

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA, CRIANÇA/ADOLESCENTE, IDOSO E MORADOR DE RUA: UM ESTUDO PRELIMINAR*

Profa. Maria Carmem T. FERNANDES**

Profa. Maria Therezinha C. MARQUES**

Profa. Mathilde Andery B. da SILVA**

Profa. Sandra Correa F. JOANINI**

INTRODUÇÃO

Na Constituição Brasileira de 1988, reconhecida, também, como Constituição Cidadã, a Assistência galga o status de política pública e é incluída no tripé da seguridade social, juntamente com a política de saúde e da previdência social. Representa um avanço na evolução da proteção social do país e ao mesmo tempo, o reconhecimento da Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado o que significa assegurar o exercício da cidadania como atitude imprescindível ao desenvolvimento social, cultural, ético e político em consonância à busca da estabilidade econômica.

A Assistência Social, enquanto política, passa a apresentar nova forma de trabalhar a questão social uma vez que confere ao cidadão o direito a essa política, em substituição ao de "assistido", ou de "favorecido".

Extrapolar o texto legal e tornar reais as suas propostas num empreendimento comum entre o poder público e a sociedade civil. A

(*) Trabalho extraído do Programa de Extensão "Gestão dos Direitos Sociais e o Estabelecimento da Cidadania: compromisso da FSS/PUC-Campinas".

(**) Docentes da Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas.

cidadania não se faz presente sem a conquista do seu exercício, sem que cidadãos se reconheçam, se identifiquem como seus protagonistas.

A Faculdade de Serviço Social, enquanto instituição de ensino, formadora de assistentes sociais atuantes nesse contexto, representa historicamente um espaço privilegiado para trabalhar no efetivo exercício da cidadania. Espaço esse aberto à participação da comunidade, de articulação com os conselhos de direitos, organizações governamentais, organizações não governamentais, fundações, no momento em que se comemoram seus 50 anos de existência. Acresce-se ainda, o trabalho desenvolvido há quase uma década no investimento de formação continuada das assistentes sociais de seus campos de estágio.

No biênio 2000/2001, o Programa de Extensão “Gestão de Direitos Sociais e o Estabelecimento da Cidadania: Compromisso da FSS/PUC Campinas”, desencadeou ações comprometidas, recíprocas e transformadoras, entre academia–comunidade–sociedade, produzindo conhecimento, articulando ensino, pesquisa e extensão. O Programa numa relação dinâmica e interativa da Universidade e realidade local e regional, para o enfrentamento dos atuais desafios, considera imprescindível a articulação com o Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal do Idoso, Fórum do Morador de Rua, Secretaria Municipal de Assistência Social, tendo como objetivos:

- sensibilizar a sociedade civil e o poder público no processo de universalização dos direitos sociais e da cidadania;
- subsidiar as entidades de assistência social na formulação de políticas sociais voltadas ao atendimento da família, da criança/adolescente, do idoso e do morador de rua.
- oferecer condições para a formação continuada de pessoal, na gestão dos direitos sociais e o estabelecimento da cidadania.

O referido Programa é constituído dos Projetos:

- * Capacitação Continuada: Gestão de ONGs de Atenção à Família

- * Capacitação Continuada: Gestão de ONGs de Atenção à Criança e ao Adolescente
- * Capacitação Continuada: Gestão de ONGs de Atenção ao Idoso
- * Capacitação Continuada: Gestão de ONGs de Atenção ao Morador de Rua

O Programa, ao apresentar os quatro projetos, cujos conteúdos são desdobramentos da questão social e estão presentes na dinâmica da sociedade atual, objetiva, na sua publicação, contribuir à formação profissional de assistentes sociais e outros atores envolvidos com os segmentos enfocados. Ressalta-se o papel da Universidade / Faculdade de Serviço Social na identificação de situações sociais presentes na realidade social, suscitando o debate e o aprofundamento dessas questões.

O Programa, quando em sua fase de implantação, desenvolveu levantamento de dados para caracterização das organizações não governamentais, de atenção à família, à criança / adolescente, ao idoso e ao morador de rua, cujos resultados estão sendo divulgados neste artigo, para o debate e reflexão.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE ATENÇÃO À FAMÍLIA

Professora Maria Carmem Teixeira Fernandes

O estudo sobre Família e ONGs que atendem esse segmento traz para o Serviço Social a possibilidade de produzir e sistematizar conhecimentos sobre as especificidades dessa área, na direção de uma prática profissional comprometida e sintonizada com as reais necessidades e expectativas de seus usuários.

A Família, enquanto lugar natural de proteção e inclusão social, vem passando por significativas transformações culturais e sociais nesta virada de século, ampliando seus direitos e deveres, o que

requer uma constante reflexão e discussão dos mesmos pelos profissionais e demais segmentos envolvidos nessa área, para fazer frente aos desafios e contradições que estão sendo colocadas à mesmas.

A Constituição de 88, em seu artigo 226, parágrafo 3º - com o título: “Da família, da Criança e do Adolescente e do Idoso”, amplia o conceito de Família, reconhecendo a união estável entre homem e a mulher, como entidade familiar e suprimindo a expressão “constituída pelo casamento”. Significou um avanço legislativo em relação às Constituições brasileiras anteriores, que colocavam sob sua proteção apenas a família denominada “legítima”. Os novos paradigmas estão amparados na perspectiva de que para a constituição de uma família, os elementos essenciais são laços de afetividade e/ou consangüinidade.

Nesse contexto é cada vez mais importante estudar, acompanhar e orientar o grupo familiar, no sentido de potencializar seus membros, fortalecer e estabelecer vínculos relacionais, para fazer frente à realidade contemporânea. É necessário também investir, reforçar ou implementar sistemas de apoio, de rede de equipamentos sociais que desenvolvem Programas de Proteção e de Qualidade de Vida da Família, especificamente àquelas vulnerabilizadas pela pobreza.

Contribuindo com a superação dos desafios apontados, este trabalho foi desenvolvido, através de uma pesquisa de levantamento, especificamente as ONGs de atenção às Famílias, implicando esforços para estreitamento de relações entre meio acadêmico e comunidade/ realidade social, na busca de encontrar respostas profissionais para atender e transcender as demandas que estão sendo colocadas à profissão.

Para a coleta de dados junto a essas entidades foi obtida uma amostra que correspondeu a 45,5% de entidades de atenção à Família, cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social e do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente de Campinas.

O formulário foi respondido por dirigentes e ou equipe técnica dessas entidades, numa proporção de 50% de entrevistados que ocupam cargos administrativos e 50 % cargos técnicos. Os cargos administrativos se referem a Presidente da entidade, Vice Presidente,

Diretor, Tesoureiro e Gerente operacional. E entre os cargos técnicos, o Assistente social, Psicólogo e Estagiária de Serviço Social.

Essas ONGs de atenção à Família tem como missão/finalidade, segundo os entrevistados, prioritariamente a ajuda/acolhimento, e os objetivos de prestar serviços assistenciais de ordem material, moral, cultural e educacional dos usuários, visando saciar a fome e segundo uma minoria, resgatar a cidadania das famílias matriculadas

O regime de atendimento dessas ONGs em sua maioria (70%) se identifica como Regime Aberto, e 20% como semi aberto, tendo como âmbito de ação o Município de Campinas (50%) .

A situação econômica das famílias matriculadas está situada prioritariamente entre zero a quatro salários mínimos (49,8%), e o grau de instrução: 1º grau incompleto(50%). São famílias, em sua maioria, procedentes do Norte (23,8%) e Nordeste(28,5%), sendo o usuário encaminhado às entidades pela própria comunidade (66,6).

Especificamente os principais problemas apresentados pelas famílias atendidas, do ponto de vista dos entrevistados, estão relacionados com a saúde,(27,0%), existindo também em menor percentual (13,5%) os econômicos e os problemas habitacionais.

Os principais recursos financeiros das ONGs, num percentual de 67,64%, advém de fontes de receitas não governamentais, especificando: Convênios19,35%, doações 16,12%, quadro de associados12,9%, atividades rentáveis e Fundações 9,6% cada categoria. Os recursos governamentais representam 32,25% das fontes de receita das ONGs, sendo 25,8% Municipais e 6,4% Estaduais

O quadro funcional das ONGs de atenção à Família é composto em sua maioria voluntários, ou seja 76,3% e de 23,7% de pessoal remunerado.

Esses dados, especificamente relacionados a missão/ objetivos das entidades, e a ênfase na participação voluntária vem reafirmar as características e o próprio conceito de 3º Setor, enquanto "Setor composto por organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo seu sentido para outros

domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil". (Fernandes, 1995:27)

As funções exercidas pela maioria dos funcionários administrativos, tanto remunerados como voluntários, se referem a assistentes/auxiliares administrativos enquanto que os funcionários do setor técnico/profissional são assistentes sociais e monitores de programas sociais. Dentre voluntários deste setor encontram-se as costureiras (23,0%), as professoras (15,3%) e coordenadores pedagógicos e advogados (12,8%).

No setor de manutenção, a maioria dos funcionários remunerados são os encarregados/auxiliares de serviços gerais, motoristas e cozinheiros, entre outros. Entre os voluntários a grande maioria refere-se a auxiliares de serviços gerais, sem especificação de funções.

Somando-se as horas trabalhadas nas ONGs obtém-se um total de 189 horas semanais, sendo 72% voluntárias e 27% remuneradas.

A maioria, (40%), dos funcionários remunerados trabalha 40 horas semanais, ou seja período integral e entre os funcionários voluntários a maioria (36,3%) trabalha 12 horas semanais.

No que se refere aos Programas/ Projetos e ou serviços de proteção às famílias desenvolvidos pelas ONGs, as respostas foram agrupadas segundo as ações básicas de Proteção à Família no âmbito da Assistência Social editadas pelo Ministério da Assistência Social, Secretaria da Assistência Social de Brasília e Instituto de Estudos Especiais da PUC - São Paulo e foi constatado que os serviços de pronto atendimento assistencial, incluindo o Plantão e o atendimento agendado foram os mais citados, representando 45% das respostas. Esses serviços são mantidos pelas entidades para atender as famílias em suas carências, próprias da situação de pobreza e exclusão. Em geral são serviços compensatórios, que incluem ajuda material e financeira.

Também foram citados Serviços Comunitários de apoio psicossocial, cultural e advocatício, num menor percentual de 35%. Esses serviços valeram-se de agentes da própria comunidade e ou voluntários para o desenvolvimento de atividades de lazer, artesanais e

culturais e educacionais. São serviços importantes para o atendimento do grupo familiar mas, para atingir seus objetivos deverão trabalhar os vínculos relacionais, a convivência comunitária, a auto estima de cada um de seus membros e do grupo, a auto-confiança, o stress, a qualidade de vida, entre outras questões, o que implica numa capacitação continuada dos agentes envolvidos.

Os Programas de complementação da renda familiar, aparecem com um percentual reduzido de 10%, o que indica a necessidade se investir mais nesse tipo de programa, que é sem dúvida a necessidade fundamental para a manutenção da unidade familiar, nesse tempo de mudanças. Entre esses programas foram citados o de Renda mínima, o Benefício de Prestação Continuada, a auxílio natalidade e reclusão.

A complementação da renda familiar é hoje imprescindível na composição de uma política de proteção ao grupo familiar, tendo como objetivos a emancipação das famílias permitindo a construção de projetos de autonomia e inclusão social, e, envolvem a família como um todo num processo educativo e de capacitação

Programas de geração de emprego e renda não foram citados, apontando poucas iniciativas tanto do poder publico como de ONGs diante dessa necessidade . Ressalta-se também aqui o número reduzido de Pesquisas nessa área, ou seja, 5% das respostas.

No que se refere aos resultados alcançados por esses programas, a maioria de respostas sinaliza para o combate/ diminuição da fome e para a participação dos usuários nas atividades desenvolvidas por essas entidades, não enfocando a contribuição dos mesmos para o fortalecimento e autonomia familiar numa perspectiva emancipatória desse grupo.

Quanto a forma dessa participação, as respostas foram agrupadas em participação direta e não direta. A participação direta significa uma participação planejada, direcionada, independente da escolha do usuário. A não direta respeita a opção do usuário, sendo ou não planejada pelo mesmo. Os dados revelaram que a maioria dos usuários participam dos programas/projetos e ou serviços de forma direta (50%) e um menor número de forma não direta (37,5%).

A articulação das ONGs de Família com outras entidades da comunidade acontece prioritariamente com os Conselhos (32,1%), e com o Poder Municipal – Prefeitura (21,4%) e outras ONGs da comunidade (21,4%). Utilizam preferencialmente recursos e equipamentos da rede municipal da Saúde, entre eles foram os Núcleos, Centros de Saúde e serviços médicos municipais. Não foram abordados pelos entrevistados serviços intersetoriais de atenção à família, otimizando relações e recursos existentes, com objetivos voltados para a proteção e melhoria da qualidade de vida do grupo familiar.

O trabalho em rede de relações e rede de recursos, com compromissos sociais, torna-se hoje um espaço efetivo para a concretização de práticas participativas e democráticas. Essas redes resultam da articulação e cooperação de atores sociais, devidamente preparados e capacitados para o enfrentamento dos problemas contemporâneos da realidade brasileira.

No que se refere ao conhecimento das ONGs em relação a LOAS, 60% dos entrevistados (dirigentes das entidades e ou equipe técnica), afirmaram que seguem as diretrizes da LOAS, 30% responderam negativamente e 10% não responderam. Para sua operacionalização, 40% dos sujeitos disseram não encontrar dificuldades e 50% dos mesmos não se manifestaram sobre esta questão.

Quanto ao conhecimento do ECA, 70% dos entrevistados afirmaram seguir suas diretrizes e 20% responderam negativamente e 10% não responderam. Entre as principais formas de operacionalização do ECA citadas estão a discussão com os usuários sobre seus direitos, a prática de acionar órgãos competentes quando necessários e o respeito da entidade à criança, incentivando sua educação.

Os principais avanços que estas leis trouxeram para as entidades, segundo os sujeitos pesquisados, estão relacionados com a garantia dos direitos dos usuários e a facilidade que essas leis trouxeram para a resolução dos problemas da entidade.

Os entrevistados, em sua maioria, entendem por direitos sociais como sendo os direitos concedidos a todos os cidadãos e também os direitos garantidos por lei.

Esses dados revelam que as respostas dos entrevistados não contemplaram a proteção à família, a gestão de políticas sociais, o trabalho em rede e as novas atribuições e competências da Família após a implantação dessas leis. •

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ao definir em seu artigo 2º os objetivos da Assistência Social, garante proteção à Família, à maternidade, à infância à adolescência e à velhice.

A LOAS preconiza em suas diretrizes a descentralização política administrativa das ações referentes a política de proteção social às famílias. Coloca no âmbito municipal o espaço para gestar essas políticas, e articular o conjunto de serviços e ações, com vistas a assegurar um projeto de proteção e inclusão social desse segmento.

O Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), Lei Federal nº 8069/90, dá uma nova atenção à Criança e ao Adolescente reordenando as atribuições e competências dos vários agentes intervenientes nessa realidade: Família, Estado e Sociedade Civil. A família, segundo essa lei “é revestida de deveres, factível de ser punida. Ao mesmo tempo, todas as medidas de proteção reforçam o vínculo familiar como primeiro e fundamental no desenvolvimento da criança e do adolescente”

Segundo os dirigentes e equipe técnica entrevistados, 30% das entidades oferecem programas de capacitação para seu pessoal, abordando os seguintes temas: ação regional, educação para a cidadania, nutrição, saúde, biblioteca viva e integração de educadores, citando como entidades promotoras a FEAC e a UNICAMP.

Quando questionados sobre a necessidade e expectativa das entidades quanto a capacitação de seu quadro pessoal 50% dos entrevistados não souberam responder. Os demais alegaram que a capacitação é importante para a manutenção da qualidade de atendimento, a qualificação e valorização do funcionário, o desenvolvimento da liderança, coordenação e motivação das pessoas que trabalham nas entidades.

As sugestões dos entrevistados apontaram para a realização de cursos, encontros ou qualquer atividade programada para troca de experiências e capacitação de pessoal. Foi também enfatizada a

importância da articulação dessas entidades com a Faculdade para o alcance desses objetivos.

O trabalho voluntário, por se tratar de um tema relevante da atualidade, e considerando o número significativo de voluntários nas entidades pesquisadas, este estudo abordou o tema sob dois aspectos: do ponto de vista dos sujeitos (dirigentes e ou equipe técnica) e do ponto de vista dos próprios voluntários.

As questões levantadas junto aos sujeitos da pesquisa tiveram o objetivo de conhecer a opinião dos mesmos sobre o trabalho voluntário, os critérios das entidades para a aceitação desse trabalho, como se dá o acompanhamento dos trabalhos realizados e os que poderão ser realizados, bem como as dificuldades encontradas.

Especificamente, no que se refere às ONGs de atendimento à Família atingidas por essa pesquisa de levantamento, a totalidade das mesmas desenvolvem trabalhos com voluntários, reafirmando a tendência atual de valorização da solidariedade e cidadania, especificamente no 3º setor.

Entretanto, quanto ao conhecimento da lei 9.608, de 18/02/98, que regulamenta o trabalho voluntário, 50% dos entrevistados alegam conhecê-la, enquanto 30% desconhecem e 20% não responderam a questão.

O desconhecimento dessa lei significa o desconhecimento das regras que dão respaldo legal a principal força de trabalho do 3º setor: o trabalho voluntário.

O trabalho voluntário, segundo essa lei é definido como “atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou instituição privada sem fins lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade”. Segundo essa lei, o serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Essa lei detalha também as características do trabalho voluntário e coloca como requisito legal que esse serviço esteja previsto em contrato escrito – denominado termo de adesão (anexo nº 6), onde devem constar a correta identificação do prestador e tomador dos

serviços, natureza do serviço e condições para seu exercício, tais como carga horária, local, material de apoio e afins. Esse requisito é essencial para o afastamento do vínculo de emprego por parte da fiscalização trabalhista e do Poder Judiciário *

A assinatura do termo de adesão, conforme essa lei, enquanto critério básico adotado pelas entidades para aceitação do trabalho voluntário, somente foi citada por 20% das mesmas. O critério mais enfatizado, com 25% de respostas foi a identificação do voluntário com as necessidades das entidades. Outros critérios como disponibilidade, compromisso social, aptidão, estrutura psicológica, participação em treinamento e vontade de ajudar também foram citados, com um menor percentual.

O trabalho voluntário nas entidades é considerado fundamental, vital, importante e imprescindível para 58,3% dos entrevistados. Na opinião dos demais o trabalho voluntário enriquece a entidade, diversifica atividades, reduz gastos e proporciona motivação pessoal.

O acompanhamento do trabalho voluntário pelas entidades se dá prioritariamente através de reuniões periódicas, frequência e assiduidade e relatórios. As dificuldades apresentadas pelos entrevistados no desenvolvimento desse trabalho se referem a idade avançada dos mesmos e a falta de assiduidade na realização das tarefas.

Entre os voluntários entrevistados para responder as questões dessa pesquisa de levantamento, 57,15% são do sexo feminino e 42,85% do masculino, a maioria está situada na faixa etária de 31 a 40 anos e 57,15% possuem nível superior.

Quanto a ocupação dos mesmos, os dados coletados revelam que num mesmo percentual de 28,57% estão os que ocupam cargos administrativos, técnicos e prestadores de serviços e 14,29% são aposentados. A maioria deles trabalha até 10 horas semanais como voluntário, ou seja 42,95%, e, 57,14% não exercem outro trabalho remunerado.

A visão dos entrevistados sobre a diferença entre trabalho remunerado e voluntário é que o trabalho voluntário, segundo 41,6% dos mesmos, é o trabalho realizado por amor, prazer e com o coração, sem

receber dinheiro. O trabalho remunerado para a maioria dos voluntários é entendido como o trabalho pago e obrigatório.

O relacionamento entre funcionários e voluntários nas entidades de Família é muito bom, e ótimo para 40% dos mesmos. Outras opiniões se referem a relacionamento, cordial, amigável, harmonioso, respeitoso e comprometido.

Mais um aspecto que merece destaque refere-se aos motivos que levaram o voluntário a exercer esse trabalho não remunerado, sendo os mais citados: o prazer e gosto pelo mesmo e a realização pessoal. Com menor índice foram também apontados a ajuda ao próximo, a vontade de partilhar, a opção particular e a superação das próprias dificuldades individuais. A importância desse trabalho, na visão dos mesmos é traduzida pelos depoimentos: “a entidade só funciona através desse trabalho “ é fundamental para a entidade” e “com a chegada do 3º setor vimos a importância desse trabalho”.

No que se refere ao Conhecimento da LOAS e do ECA, 57,16% dos voluntários afirmam ter conhecimento dessas leis, enquanto 42,85% desconhecem e 14,28%, responderam que conhecem mais ou menos.

Quanto a lei que regulamenta o trabalho voluntário (lei nº 9.608, aprovada em 18/02/98), 54,14% dos entrevistados desconhecem a mesma e 42,86% afirmaram conhece-la.

Os principais trabalhos que são realizados pelos voluntários se referem a distribuição e montagem de cestas básicas, os serviços de rotina da entidade, as atividades culturais entre elas a dança, o teatro e o artesanato. Também foram citados a representação legal da entidade, a prestação de serviços voltados para o atendimento odontológico, o desenvolvimento de atividades de lazer, especificando entre essas a brinquedoteca e a recreação. Outras atividades com menor concentração de respostas referem-se a ensino religioso, reforço escolar, atividades esportivas, atendimento de situações de violência doméstica e cooperação com o assistente social.

É importante observar através desses dados a ausência de trabalho voluntário junto a programas inovadores de proteção às família,

que fortaleçam a autonomia familiar na direção de facilitar o processo emancipatório deste grupo.

Nas entidades pesquisadas, 57,14% voluntários não passaram por treinamento para a realização de seus trabalhos, enquanto 42,86% participaram de algum tipo de atividade visando a capacitação.

Para 28,5% dos voluntários a falta de recursos financeiros é a principal dificuldade na realização de seus trabalhos e para 14,3% as dificuldades estão relacionadas com a falta de pessoal de espaço físico e a falta de preparo profissional.

Dentre as sugestões apontadas pelos sujeitos da pesquisa, a capacitação de pessoal aparece em primeiro plano, valorizando a proposta de articulação das entidades com a Universidade. Outras sugestões enfocam cursos, encontros, palestras enfatizando a necessidade de troca de experiências entre os diferentes atores que atuam na área.

Os resultados desse trabalho foram devolvidos aos sujeitos da pesquisa e estão sendo apresentados e discutidos em eventos da área, envolvendo alunos, assistentes sociais e outros atores que trabalham com famílias, gerando propostas que possibilitem o estreitamento das relações entre meio acadêmico/ realidade social, na busca de encontrar respostas profissionais para atender e transcender as demandas colocadas à profissão

BIBLIOGRAFIA

- CBIA – Centro Brasileiro para a Infância e adolescência – **Trabalhando com famílias. Cadernos de Ação nº 1**. São Paulo, Forja Gráfica e Editora Ltda., 1992
- CALDERON, A. Ignácio e GUIMARÃES, F. Ferreira. **Família: a crise de um modelo hegemônico**. *Revista Serviço Social e Sociedade nº 46*. Ano XV, São Paulo, Cortez, 1994.
- CARVALHO, M. do Carmo Brant. **Serviços de proteção social às famílias**. São Paulo, IEE / PUC-SP, Brasília: Secretaria de Assistência Social – MPAS, 1998

- _____ (org). *A família contemporânea em debate*. São Paulo, Educ, 1995.
- COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo, Editora SENAC, 2000.
- ECA - **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei 8069 de 17 de julho de 1990, SP, Cortez, 1991.
- KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org). *Família Brasileira a base de tudo*. São Paulo, Cortez, Brasília.DF:UNICEF, 1994.
- MIOTTO, Regina C. Tamaso. **Família e Serviço Social**. In *Revista Serviço Social e Sociedade nº 55*. Ano XVIII. São Paulo, Cortez, 1997.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE ATENÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Profa. Mathilde Andery Burlamaqui da Silva

Debates e preocupações de diferentes setores da sociedade, sobre inclusão da criança e do adolescente, tem solicitado priorização de ações em defesa de seus direitos – ações educativas e emancipatórias para o exercício da cidadania. As crianças e os adolescentes são cidadãos em pleno desenvolvimento físico – intelectual – social – moral, sujeitos de direitos e destinatários de proteção integral. No entanto, nas últimas décadas tem crescido significativamente o número de crianças e adolescentes expostos à violência das ruas, à pobreza, privados de seus direitos sociais, carentes de recursos básicos para obterem um mínimo decente de qualidade de vida.

Como faceta da questão a ser trabalhada, a Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas articulada com os Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do

Adolescente, com as Organizações Não Governamentais e Governamentais, busca constantemente conhecer a realidade social cotidiana e coloca-se à disposição dos atores sociais que atuam com crianças e adolescentes para trabalho de assessoria e capacitação continuada de atores sociais, tendo em vista a formulação - execução de políticas de proteção social da criança e do adolescente.

Iniciando os trabalhos, no ano 2000, foi realizada pesquisa junto as ONGs de Atenção à Criança e ao Adolescente para identificar, mapear, conhecer suas ações, limites, avanços na gestão dos direitos sociais. O instrumento utilizado foi o formulário, com questões abertas e fechadas, sendo aplicado com a participação de alunas.

No primeiro semestre do ano 2000, 145 entidades assistenciais e/ou de fins filantrópicos, constavam dos registros do Conselho Municipal de Assistência Social. Dessas, 81 (55,8%) são de atenção à criança e ao adolescente, também registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do município de Campinas.

Das 81 organizações, 40 responderam o formulário, obtendo-se a amostra de 49,4%. Os sujeitos que responderam o formulário ocupam cargos técnicos (57,5%) e administrativos (42,5%). Dentre os cargos técnicos, o de assistente social foi apontado com maior concentração (37,5%). As ONGs que não responderam o formulário, alegaram diferentes motivos: “não falam com estagiários”, “só respondem para ex-alunos”, “não tem autorização”, “proibida de responder”, “muito ocupado é impossível responder o formulário”. Várias delas não atenderam ao telefone para agendar entrevista, outras solicitavam novo telefonema e outras agendavam data / horário e o responsável não se encontrava presente no momento da entrevista. Ocorreu, também, situação de agendamento da entrevista para o final do ano.

Nesta pesquisa, foram consideradas ONGs, entidades sociais da sociedade civil de atendimento à criança e ao adolescente, com estrutura formal, autônoma, sem fins lucrativos, que prestam serviços à população carente com objetivos de melhorar a qualidade de vida. Enquanto organização cidadã, essas entidades, ao mesmo tempo, que prestam serviços de caráter público, realizam ações políticas para conscientização dos direitos sociais da população e tornam-se canais

de participação – espaço de exercício da cidadania – reivindicando políticas públicas do governo e recursos para sua operacionalização com vistas à melhoria da qualidade de vida.

Os resultados da pesquisa, apontam que na região de maior concentração da população carente, em Campinas – a região oeste, localizam-se apenas 15% das organizações sociais que trabalham com criança e adolescente. A região norte da cidade conta com 25% delas; a região sul, 22,5%; a central, 20% e a leste, 17,5%.

A situação econômica das famílias das crianças e adolescentes atendidos pelas ONGs é diferenciada entre zero a cinco salários mínimos. São famílias, na maioria, migrantes procedentes do sudeste do país (47%), nordeste (15,5%), sul (7,8%) e norte (3,9%). Essas famílias conhecem as ONGs por meio da divulgação (22,6%); são encaminhadas por outras organizações e moradores do município (19,8%); são divulgados pelos próprios usuários (8,9%).

Quando chegam à entidade, as crianças e adolescentes apresentam conflitos familiares (33%); violência doméstica/bairro (22%). Outros conflitos apresentados são decorrentes da dependência química; da prostituição; do trabalho infantil; de situações de reclusão / presídio dos pais; de problemas econômicos, educação e saúde.

A vida dos excluídos tem sido marcada pela escassez de recursos, de bens e serviços gerados pela sociedade. Vida que expressa a violência social, econômica, política, vivenciada pelas crianças e adolescentes, tornando-os isolados do mundo que os cerca e ficam expostos a situações de riscos. Nasceram e sobrevivem em ambiente que reflete as desigualdades sociais de habitação digna, educação, saúde, alimentação, nutrição, sem oportunidades de ampliar a sua capacidade de criatividade na convivência cotidiana, de dar à sua atividade prática e essencial uma dimensão que lhe permita criar e recriar como sujeito-cidadão do seu processo de desenvolvimento físico-social-moral, e também, enquanto ser coletivo.

No trato da questão, as Organizações Não Governamentais – ONGs, engajadas nesse contexto, desenvolvem relações de solidariedade e desempenham papel importante para modificação dessa situação, por meio de ações sócio-educativas na busca de condições de vida justas da criança e do adolescente. As ONGs

entrevistadas explicitam sua concepção de direitos sociais como “desenvolvimento físico, intelectual, social da criança e do adolescente; a consciência de cidadania; o direito à vida; à dignidade humana; sociedade justa, igualitária; respeito ao cidadão enquanto pessoa; melhor qualidade de vida/vida saudável; inserção dos excluídos”.

Para atendimento dos direitos sociais das crianças e dos adolescentes, essas ONGs têm como missão/finalidade a “ajuda/acolhimento” Ajuda com significado de auxílio às pessoas carentes e o acolhimento referente ao atendimento da criança e do adolescente em situação de risco, para que os pais possam trabalhar; “amparo e proteção social”; “atendimento educacional”; “desenvolvimento integral da criança e do adolescente”; “resgate da identidade, da cidadania e efetivação dos direitos sociais”. Os entrevistados relacionam os objetivos dessas ONGs a “oportunidade para que a criança e o adolescente transformem sua própria realidade e construam seus projetos de vida”; “formação de cidadãos críticos, participativos para a transformação da sociedade”; “cooperação e senso crítico da realidade cotidiana”; “educação para o trabalho”.

A maioria das ONGs, atende crianças e adolescentes em regime aberto e semi-aberto e 5% em internato. A capacidade total de atendimento entre elas é menor do que o número de crianças e adolescentes em situação de exclusão, ou seja, 49% destes não têm oportunidades de acesso aos seus direitos sociais e, conseqüentemente, de serem incluídas e de terem exercício de sua cidadania.

Conforme dispõe o Artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, as entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades e pelo planejamento e execução de programas de proteção sócio – educativos destinados à crianças e adolescentes em regime de: orientação e apoio sócio - familiar, apoio sócio – educativo; em meio aberto; colocação familiar; abrigo; liberdade assistida; semi liberdade; internação.

As ONGs que prestam serviços à criança e ao adolescente excluídos, complementam a ação do Estado. Parte da manutenção dos serviços prestados e custeios dos programas sociais desenvolvidos são feitos pelo Estado e parte pela sociedade civil que contribui, doando determinados valores financeiros, para o enfrentamento da pobreza.

62% das fontes de recursos provem da sociedade civil: doações, associados, fundações, convênios, empresas; 33,8% são governamentais: municipal (17,2%), estadual (11,4%), federal (10%) e recursos do exterior são 4,2%. Para captação de recursos as ONGs também realizam bazares, festas, jantares/almoços/chás. promovem jogos, realizam sorteios.

As atividades de caráter sócio-educativo são desenvolvidas de acordo com a idade da criança e do adolescente, sendo citados pelos entrevistados: atividades psico-sociais; religiosas; profissionalizantes; grupos de vivência; educação para a cidadania; conquista de direitos e consciência de deveres; direitos humanos; educação para o trânsito, o ambiente, a vida comunitária; violência; atenção à saúde; moradia; mercado de trabalho; formulação de regras e compromisso.

Trabalhos com famílias, são realizados com menor frequência: grupos de mães, gestantes, avós; trabalhos de atendimento à família, por meio da orientação, palestra e distribuição de cesta básica.

A participação das crianças e dos adolescentes nas atividades desenvolvidas, ocorre de forma não diretiva (39,5%) e foram explicitadas como: escolhendo, elaborando, executando, avaliando, perguntando, sugerindo, opinando, confeccionando, plantando, sugerindo, construindo e de forma diretiva (23%): ouvindo, recebendo, propostas prontas, cumprindo normas. Outras respostas (12,4%), indicam que a família participa quando necessário, em festas, reuniões, palestras, cursos, entrevistas e apenas 2,1% participa em comissões de mães.

As atividades de caráter sócio-educativo desenvolvidas com a criança e o adolescente, superam a tendência assistencialista, no entanto, a maioria das famílias participa somente quando é chamada. Não se observa o trabalho em rede, ou seja, não se prioriza trabalhar a relação criança/adolescente – família – escola – comunidade. Recursos/equipamentos da rede municipal de serviços são pouco utilizados pelas ONGs, sendo eles: saúde (40,3%); educação (35,8%); assistência social (4,5%); segurança / trânsito (3%).

Dentre os resultados das atividades desenvolvidas junto à criança e ao adolescente são mencionados pelos entrevistados: mudança de comportamento e melhoria do relacionamento com amigos (14,2%);

desenvolvimento integral da criança e do adolescente, obtendo-se crescimento psico-social, melhor compreensão, desenvolvimento de habilidades, auto-suficiência, maior autonomia, melhoria da auto-estima (12,5%); conscientização e conhecimento de seus direitos e deveres (12,5%); desenvolvimento escolar (8,9%); preparação profissional e ingresso no mercado de trabalho (7,1%); mudança na estrutura familiar (3,5%); integração familiar (1,8%). Com menor frequência outros resultados alcançados, indicam: diminuição da violência (3,5%); proteção de crianças e adolescentes vítimas (1,8%). Os entrevistados citam também como resultados: reconhecimento do trabalho profissional e conscientização dos profissionais sobre a preservação da entidade, respeitando a dignidade da criança e do adolescente (3,6%).

A criança e adolescente tem garantida a assistência social, conforme determina a Lei Orgânica da Assistência Social e a proteção integral pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – direitos à vida, à saúde, à liberdade: ao respeito e à dignidade; à convivência familiar e comunitária: à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; à profissionalização e à proteção no trabalho.

O ECA expressa uma política de defesa da criança e do adolescente, amplia as responsabilidades e as competências dos municípios e da comunidade, na sua operacionalização. Está baseado nos princípios de descentralização político-administrativa e participação da população por meio de suas organizações representativas. Rompe com as formas assistencialistas de atendimento à criança, ao adolescente e à família, assegurando-lhes condições de cidadãos sujeitos de direitos e propõe um conjunto de ações sociais, educativas de proteção social, tornando evidente o exercício da cidadania. À execução de políticas e programas de atendimento à criança e ao adolescente, o governo tem realizado parcerias com as ONGs que prestam serviços a esses segmentos.

77,5% dos entrevistados disseram seguir as diretrizes estabelecidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e 82,5% afirmaram que operacionalizam o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. No entanto, apontam dificuldades para operacionalização dessas leis: 20% dos entrevistados indicaram que as ONGs encontram dificuldades para operacionalizarem a LOAS, tais como: “colocá-la em

prática”, “não entendimento da família sobre seus deveres”, “realizar visita domiciliar”, “atendimento da demanda”, “linguagem acessível às crianças” e 30% referem-se às dificuldades para operacionalizar o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA: “desconhecimento/desinformação”; “discussão da Lei com a sociedade”; “não compreensão do ECA”, “falta de recursos financeiros e de vagas nas escolas”; “atendimento da demanda”, “desrespeito ao Estatuto”. 2,5% dos entrevistados disseram que “a prática se torna mais dificultosa com o ECA, pois a teoria mostra o que ela não é”.

Mesmo enfrentando as dificuldades citadas acima, os entrevistados expressam avanços que a LOAS e o ECA trouxeram para as entidades, tais como: “subsídios para os projetos”, “referência para a ação”, “novos paradigmas”, “mudança do conceito de trabalho social – o usuário é visto hoje como cidadão com direitos e deveres”; “ultrapassagem da visão assistencialista para promoção humana”; “consciência/reconhecimento de direitos, deveres e o exercício da cidadania”; “respeito aos direitos da criança, do adolescente, da família”; “participação nas atividades da entidade”; “fortalecimento do sentimento de ajuda”; “mobilização de recursos”; “integração entre entidades”; “formação de Conselhos e do Fundo Municipal”.

Quadro funcional: A partir da década de 90, as entidades sociais de assistência iniciaram um processo de reordenamento institucional administrativo, pedagógico-educativo, exigindo trabalhos mais especializados por profissionais para responder a determinações da Lei Orgânica da Assistência Social e do Estatuto da criança e do Adolescente. Para desenvolvimento dos trabalhos, as ONGs de atenção à criança e ao adolescente contam com um quadro funcional de 75,7% de pessoal remunerado e 24,3% de pessoal não remunerado, ou seja, voluntário. A maioria dos funcionários remunerados do setor administrativo exerce funções de diretor geral e secretário enquanto que a maioria do pessoal não remunerado exerce funções de diretor administrativo e financeiro. Dentre as funções dos funcionários remunerados do setor técnico, observa-se maior frequência a de coordenação pedagógica (34,3%), seguindo-se a de monitor (23,2%), a de professor (13,4%) e a de assistente social (7,8%). Em relação às funções dos voluntários do setor técnico, constata-se a de monitor/educador (44%); estagiário

(15%); ajudante de monitor (10,4%) e psicólogo (8,6%). Com referência ao setor de manutenção, a maioria dos funcionários remunerados exerce funções de faxineiro e zelador (61,1%); seguindo-se a de cozinheira (10,3%); serviços gerais (7,9%); auxiliar de manutenção (6,9%). Quanto aos voluntários desse mesmo setor, a maioria não tem função definida (60%); seguindo-se ajudante geral (17,5%) e monitoria (7,5%).

O terceiro setor tem crescido rapidamente e solicitado pessoal qualificado para gestão de serviços que necessitam atenção especializada, desenvolvida por profissionais e que com o crescimento da consciência das pessoas físicas e jurídicas, apresenta proposta de substituição da caridade e da filantropia, ou seja, o abandono do amadorismo, pela solidariedade e profissionalismo compatíveis com os princípios da Lei Orgânica da Assistência Social e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Aponta assim, a importância da capacitação continuada para atores sociais do terceiro setor.

32,1% dos programas de capacitação de recursos humanos são direcionados aos profissionais/técnicos; 17,3% aos funcionários administrativos; 8,6% aos funcionários de cozinha e 6,2% aos da manutenção e limpeza; diretor administrativo 2,5% e voluntário 1,2%.

32,5% explicitam necessidades e expectativas de reciclagem do conhecimento/qualificação do funcionário para melhoria e aprimoramento dos serviços, desenvolvimento profissional, aprimorando o desempenho de funções, melhor atendimento à criança e ao adolescente, desenvolvimento da criatividade, enfrentamento de desafios da realidade social; 12,5% das entidades apresentam necessidades e expectativas de capacitação do seu quadro funcional para o desenvolvimento de atividades específicas, tais como: teatro, projeto com crianças carentes, berçário e monitores, primeiros socorros, educação para o trânsito. Essas duas últimas com pessoas especializadas nos assuntos. 25% das ONGs afirmaram não ter necessidade de capacitação para seus funcionários.

“O terceiro setor estaria se constituindo em um espaço de requalificação profissional relevante, na medida em que as atividades comunitárias permitiram e exigiram do trabalhador o desenvolvimento de habilidades relevantes para o trabalho nos setores privado e público

estatal, tais como capacidade de trabalhar em grupo, lidar com a diversidade, flexibilizar instrumentos de trabalho, cumprir metas com baixo aporte de recursos, entre outros” (DRUKER e SILVER, in RESENDE, 199:5)

O TRABALHO VOLUNTÁRIO NAS ONGS: VISÃO DOS ENTREVISTADOS E DOS VOLUNTÁRIOS

“O voluntário é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte de seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social ou outros campos” (ONU in CAMARGO, 2001: 114).

O voluntário é um “ator social e agente de transformação, que presta serviços não remunerados em benefício da comunidade. Doando tempo e conhecimentos, o voluntário realiza um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, atendendo tanto às necessidades do próximo ou aos imperativos de uma causa, como às suas próprias motivações pessoais, que podem ser de caráter religioso, cultural, filosófico, político ou emocional”. (FUNDAÇÃO ABRINQ, in CAMARGO, 2001:114).

As ONGs são formas de organização da sociedade civil – associações voluntárias – e tem ocupado lugar de destaque no terceiro setor, como sujeitos políticos de movimentos sociais, defensoras de direitos sociais e prestadoras de serviços à população excluída.

A maior força de trabalho do terceiro setor se constitui no trabalho voluntário. Presente em todos os tempos, o trabalho voluntário tem sido objeto de debate e reflexão sobre o seu significado e importância numa sociedade que busca a justiça social, a inclusão de uma população que não tem acesso aos direitos sociais, civis e políticos. No Brasil, o trabalho voluntário associou-se à atividade de “ajuda” expressando a noção de caridade, doação, dádiva, ou seja, “favor ao pobre”. Hoje, está regulamentado na Lei 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, como “atividade não remunerada prestada por pessoa física à

entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não filantrópicos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. Não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim”. O fortalecimento do trabalho voluntário se dá mundialmente, principalmente nos países que apresentam alto índice de pessoas carentes / excluídas, como o Brasil, exigindo a qualificação para o trabalho.

1 - O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA VISÃO DOS ENTREVISTADOS DAS ONGS:

Para o exercício do trabalho voluntário junto à criança e ao adolescente as ONGs adotam critérios, tais como: ser comprometido com o trabalho (22,5%); ter projeto definido e horário/tempo disponível (22,5%); ter conhecimento da entidade, suas normas, princípios (12,5%), ser capacitado, treinado (10%). Dentre outros critérios com menor uso, destacam-se: conversa com diretoria e vínculo com a criança; preencher as necessidades da entidade; pessoas cristãs e responsáveis; direcionar o trabalho de acordo com a profissão do voluntário..

Os voluntários exercem atividades diferenciadas na área da educação, como também, trabalhos especializados: saúde, odontologia, fonoaudiologia, enfermagem, laboratório. Outras atividades, com menor concentração desenvolvidas por voluntários são: trabalhos manuais, captação de recursos, alimentação, esporte, lazer, recreação/artísticas, manutenção de serviços, limpeza; com menor porcentagem as atividades referem-se à profissionalização, religião, divulgação, transporte,..

Para os entrevistados, o trabalho voluntário é “fundamental”, “essencial”, “necessário” para a existência da ONG. Amplia, qualifica o trabalho realizado e influencia no custo – benefício das ONGs. Por outro lado, algumas dificuldades são apresentadas em relação à pessoa do voluntário: falta de compromisso e responsabilidade citados com maior frequência (22,9%), como também, a questão do horário/frequência/ assiduidade (18,7%) e a falta de conhecimento/capacitação (6,2%).

Com menor incidência verifica-se as dificuldades quanto: rotatividade, falta de espaço, adequação das idéias com as necessidades da entidade; desconhecimento do papel do voluntário e falta de entrosamento no trabalho.

2 - O TRABALHO VOLUNTÁRIO NA VISÃO DOS VOLUNTÁRIOS QUE ATUAM NAS ONGS:

A maioria dos voluntários entrevistados, situa-se nas faixas etárias de 36 a 45 anos. 44% deles concluíram o 3º grau e 36% o 2º grau; destes últimos 8% ingressaram no 3º grau, mas não o concluíram. 12% dos entrevistados cursaram o 1º grau.

56% dos voluntários são profissionais / técnicos: assistente social, monitor, artista plástico, professor de educação física, médica pediatra, analista de sistema, pedagoga, economista, bióloga e secretária; 12% são do lar; com igual porcentagem de 8%, verifica-se a costureira / modista, cargos administrativos: coordenação e auxiliar administrativo, estudante e 4% são de zelador

Na visão dos voluntários entrevistados, os motivos que os levam a exercerem trabalho não remunerado junto às crianças e adolescentes, são: gosto pelo trabalho (29,4%); ajuda ao próximo (23,5%); contribuição/colaboração para uma sociedade melhor (11,8%). Com menor freqüência os motivos citados são: participação, ser útil, gratidão à entidade, afinidade com a entidade, disponibilidade de tempo, caminho para uma sociedade mais justa, exercício da cidadania,

41,6% dos trabalhos exercidos nas ONGs, se concentram no setor técnico; 22,3% no setor administrativo; 13,8% no setor de manutenção; 11,1% captação de verba;... Para 34,5% dos voluntários o seu trabalho é "fundamental" para a organização, engrandece e contribui para a entidade, para 13,8%, a importância do seu trabalho está na ajuda/solidariedade e para 10,3% a importância está nos próprios trabalhos que realizam. Com menor incidência a importância do trabalho voluntário relaciona-se à distração das crianças, segurança, ensinamento bíblico.

72% dos voluntários entrevistados não participaram de treinamento para o exercício de seus trabalhos. Dentre os treinados, 12% foram pela FEAC, 8% pela própria entidade, 4% aprendeu sozinho e 4% pelo SENAC. Dentre as dificuldades apresentadas observa-se a não disponibilidade de tempo, despreparo para o trabalho, desconfiança/preconceito e resistência para com a pessoa voluntária, falta de verba, desinformação sobre o trabalho da entidade.

Os voluntários entrevistados indicam resultados positivos de seus trabalhos para a entidade: ajuda/benefício, contribuição econômica. Crescimento da entidade, montagem de laboratório, rendimento do trabalho, vitória para a entidade; contribui com o próprio voluntário, propiciando felicidade, amizade crescimento pessoal, aprendizado, conscientização, reconhecimento de seu trabalho, distração e contribui para as crianças e adolescente, proporcionando alegria, as crianças ficam menos carentes de carinho e atenção e mais alegres.

O relacionamento entre trabalhadores remunerados e voluntários, para 51,4% dos voluntários entrevistados é bom/ótimo. As demais respostas apontam relacionamento democrático, de igualdade, simpatia, cordialidade, harmonia, apoio mútuo, colaboração, amigável, respeito. 5,6% das respostas explicitam que no relacionamento entre ambos, “há falta de respeito” e “precisa ser mudado”.

Diferença entre Trabalho Remunerado e Não Remunerado na Visão do Voluntário: Na visão de 26% dos voluntários entrevistados, o trabalho remunerado significa ganho financeiro, exige conhecimento profissional, tem vínculo empregatício e é obrigação, enquanto que em 60,3% das respostas verifica-se que o trabalho voluntário é o sem ganho financeiro, significa prazer em exercer a cidadania e exige conhecimento. É amor, carinho, atenção. O voluntário trabalha com mais entusiasmo, possui disponibilidade. É doação, busca a qualidade de vida. Significa também contribuição/satisfação/colaboração/cooperação/solidariedade. Em 10,4% não se constata diferença entre o trabalho remunerado e voluntário, ambos são responsáveis, iguais quando há amor e dedicação, possuem compromisso.

O trabalho voluntário explicita a relação de solidariedade daqueles cidadãos que dedicam horas de suas vidas prestando serviços gratuitamente àqueles cidadãos que não tem condições físicas – sociais – econômicas de se manterem – contingente humano excluído do mercado de trabalho, da vida família, da vida comunitária. O trabalho voluntário representa horas de trabalho social efetivo, tem um peso na economia do país e das pessoas que a ele se dedicam.

Verifica-se que novas demandas, novas competências colocam-se as ONGs, no âmbito das políticas sociais públicas e privadas, para responderem a uma realidade social que aponta a exclusão da população cada vez mais pobre. Conhecimento, iniciativa, disponibilidade de tempo, saber trabalhar em equipe, cooperação, solidariedade são qualidades exigidas dos sujeitos que atuam nas ONGs, para o enfrentamento da pobreza. Torna-se necessário seu fortalecimento, na gestão dos direitos sociais, no trabalho em rede de recursos, de relações sociais e comunitárias, valorizando e reforçando práticas democráticas e participativas.

Os resultados da pesquisa foram apresentados à Comissão de Apoio Sócio Familiar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, contribuindo para o debate e elaboração de propostas de ação junto à família na relação com a criança e o adolescente.

Os resultados finais foram devolvidos aos sujeitos, em reunião, momento em que ocorreu o debate, a reflexão sobre a realidade constatada.

Deste estudo, decorreram oficinas de trabalho, reuniões com profissionais de ONGs, OGs e organizações sociais dos campos de estágio da Faculdade de Serviço Social, ampliando a extensão à região de Campinas. Foram momentos de reflexões e de proposições para o enfrentamento de dificuldades e desafios colocados à prática profissional.

Dessa forma, a Faculdade de Serviço Social/PUC-Campinas, formadora de profissionais atuantes nessa área, participa da construção

de um espaço contínuo de debates sobre a questão social, apreendendo o movimento da realidade sócio – econômica – política – cultural para propostas de trabalho capazes de responderem às demandas emergentes no cotidiano: demandas de natureza administrativa – financeira, educativo-pedagógica, ética-política, aumentando a capacidade institucional na efetivação dos direitos sociais e exercício da cidadania.

BIBLIOGRAFIA

- CAMARGO, Mariângela Franco. **Gestão do Terceiro Setor no Brasil**. São Paulo: Futura, 2001.
- Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Listagem das Entidades Assistenciais e Fins Filantrópicos**, Campinas, 1º semestre de 2000.
- Coordenadoria Regional de Assistência Social – CRAS Oeste, **Listagem dos Bairros** de Campinas.
- Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8069, de 13 de julho de 1990.
- Lei Orgânica da Assistência Social, Lei Nº 8742, de 7 de dezembro de 1993.
- MENESCAU, Andréa Koury. “História e Gênese das Organizações Não Governamentais” in **Organizações Não Governamentais: solução ou problema**, Hebe S. Gonçalves (org.), São Paulo: Estação da liberdade, 1996, p.21 a 39.
- REZENDE, Grazielle Andrade e outros. “Estratégias de Gestão e Recursos Humanos no Terceiro Setor: o desafio do trabalho voluntário”, **ANAIS do XII Congresso Latino Americano de Estratégia da Sociedade Latino Americana**, 27 a 29 de maio de 1999.
- SILVA, Mathilde .Andery B. da Silva e MARQUES, Maria Therezinha C. “Refletindo sobre a Situação da Criança e do Adolescente”, **Cadernos de Serviço Social**, Nº 6, FSS/PUC-Campinas, 1995.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE ATENÇÃO AO IDOSO

Professora Sandra Corrêa Forster Joanini

O tema “envelhecer” mexe com todos nós, enquanto pessoas, membros de um grupo, de uma família, comunidade, ou de uma sociedade. A cada dia nos deparamos com maior número de idosos em nossos círculos de amigos, parentes, no trabalho e/ou locais públicos. Voltando para o nosso interior sentimos o peso da angústia, o medo, as incertezas provocadas pelo sentir e viver o processo natural do envelhecimento.

Segundo estudiosos este é um dos períodos mais difíceis do ciclo da vida humana não só por todo processo de perdas que ocorre com o passar dos anos, mas, ainda pelos muitos preconceitos que cercam a velhice e o descaso com que a sociedade lida com as questões voltadas para a terceira idade. Esta realidade é agravada pelas regras ditatoriais de uma sociedade capitalista, onde o TER, produzir, consumir prevalece sobre o SER, viver, sentir, relacionar-se e, onde o jovem, o novo, o belo é cultuado pela mídia em detrimento ao antigo velho, vivido, experimentado.

As transformações sócio-econômicas, políticas e culturais por que passam os países em todo o mundo e, especificamente o Brasil, afetam as condições de vida e de trabalho da população e, conseqüentemente, agravam a situação de vida da sua população idosa.

O Brasil, hoje, não é mais um país jovem. Dados recentes do IBGE apontam 14 milhões de brasileiros idosos sendo que a perspectiva para o ano 2025 é de 32 milhões, passando do percentual de 8,4% para 19% do total de habitantes.

O envelhecimento da nossa população diferencia-se dos países europeus, pois que, na Europa, o processo foi gradual e os governos puderam se organizar implantando políticas públicas que assegurassem os direitos sociais e a qualidade de vida de seu povo. No

Brasil, as mudanças no perfil da população têm sido muito rápidas e, o país ainda não se encontra preparado para enfrentar esse grande desafio nas primeiras décadas do século XXI.

O reconhecimento dos cidadãos idosos é um fato recente no Brasil. Somente a partir do ano de 1988 é que o governo reconheceu a importância de direcionar suas preocupações com essa faixa etária incluindo artigos na Constituição Federal que garantissem os seus direitos individuais e sociais, assim como, criando a Política Nacional do Idoso em 1994.

Esta Política instituída pela Lei nº 8.842/94 e regulamentada pelo Decreto nº 1948/96 sinaliza para a descentralização de serviços e articulação entre os diversos setores públicos de forma a garantir resposta integral às demandas de proteção, inclusão social e participação do idoso na sociedade. Através do enunciado de princípios e diretrizes procura resgatar o respeito que a população da Terceira Idade deve merecer do poder público e da sociedade civil como sujeitos de direitos.

À luz desses princípios e, diante da atual realidade social por que passa a família brasileira no que diz respeito à sobrevivência econômica, perda de direitos, desemprego, trabalho informal, violência doméstica, drogas, observa-se que a sociedade civil tem-se mobilizado para atender às necessidades básicas da população de baixa renda e, especificamente idosa, através das ONGs – Organizações não governamentais de atenção ao Idoso.

ONGs são conceituadas como “associações espontâneas e voluntárias sem fins lucrativos, não sendo subordinadas às autoridades públicas propondo melhorar a qualidade de vida dos setores populacionais mais oprimidos” (NETTO, 1991:37).

Destacam-se no cenário do 3º Setor como sujeitos políticos de movimentos sociais e prestadoras de serviços à população marginalizada.

São pessoas, grupos, associações, empresas que se unem com este objetivo, porém, muitas vezes, sem os conhecimentos teórico-práticos necessários para responder aos desafios da área da assistência social. Articulam-se mobilizados pelo espírito de solidariedade e cooperação, porém desconhecem os princípios e diretrizes da

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social e da Política Nacional do Idoso que direcionam as ações coletivas para a efetiva inclusão social do idoso no circuito de bens, serviços e riquezas societárias promovendo a sua autonomia e participação social. *

A Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas, assumindo seu papel social e politicamente responsável junto à sociedade propôs a elaboração e execução de um Projeto de Extensão para o biênio 2000/2001 voltado para a capacitação de pessoal - dirigentes, profissionais, voluntários, conselheiros - que atuam junto às ONGs - organizações não governamentais de atenção ao Idoso no que tange à gestão dos direitos sociais e exercício da cidadania consagrados pela LOAS e Política Nacional do Idoso.

Durante o primeiro ano de execução do Projeto de Extensão os objetivos específicos como “identificar limites e avanços das ONGs na Gestão dos direitos sociais “ e ” refletir e aprofundar o processo de resgate da identidade e da proteção social ao Idoso” foram sendo operacionalizados através do desenvolvimento das seguintes etapas metodológicas:- caracterização das ONGs e conhecimento sobre a LOAS; levantamento das dificuldades na operacionalização da referida Lei e dos Direitos Sociais do Idoso; identificação e caracterização da população atendida pelas Entidades de atenção ao Idoso; principais dificuldades detectadas no trabalho com o Idoso; suas relações com os demais usuários e familiares; conhecimento e uso de seus direitos sociais; importância e dificuldades no trabalho voluntário; projetos desenvolvidos pelos voluntários; sugestões e propostas de capacitação de pessoal.

Inicialmente foram entrevistadas 83,3% das Entidades de Atenção ao Idoso cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social de Campinas no ano 2000.

Das pessoas entrevistadas 50% ocupam cargos administrativos e 50% ocupam cargos técnicos, especificamente, assistentes sociais sendo que uma assistente social exerce o cargo de coordenadora.

Particularmente, este dado é significativo porque, segundo Tenório (1997:3) as ONGs surgidas no Brasil para responderem aos graves problemas sociais de forma competente e compromissada estão

buscando assumir um novo estilo de gestão social. Para tanto a formação do Assistente Social deve estar habilitando-o, também, para a gestão social junto às entidades públicas sem fins lucrativos em que busque otimizar os recursos disponíveis e atender aos novos desafios de uma sociedade desigual e injusta.

Através da pesquisa de levantamento obteve-se a seguinte caracterização da população idosa atendida pelas ONGs de atenção ao Idoso na cidade de Campinas:- 80% pertence ao sexo feminino, faixa etária acima de 60 anos sendo que 40% dos idosos possuem 1º grau incompleto, 20% analfabetos, 20% apenas alfabetizados e 20% não responderam a questão; 40% das pessoas idosas procedem da cidade de Campinas e região, 20% de vários locais do Estado de São Paulo, 20% vieram de outros estados e 20% deixaram de responder a questão. No que se refere ao nível econômico a maioria recebe até 1 salário mínimo. Quase a metade dos usuários são encaminhados por outras organizações, especificamente, Prefeitura Municipal às instituições que atendem os idosos. Outros 33,4% chegam à entidade por indicações de familiares, vizinhos ou amigos; os demais informam conhecer a entidade através da divulgação feita pela própria instituição ou a procuram espontaneamente.

Quanto ao fato da maioria dos idosos ser do sexo feminino, cabe salientar que “estudos na área da geriatria/gerontologia comprovam uma tendência de feminilização da população idosa – uma vez que as mulheres sobrevivem em média de 6 a 8 anos aos homens – e que se casam com homens em média 6 a 8 anos mais velhos que elas, vivendo uma viuvez de cerca de 10 a 20 anos”. (Fraiman, 1991:27).

Os resultados da pesquisa de levantamento contribuíram para identificar as seguintes características das ONGs de atenção ao Idoso:

A missão/finalidade das ONGs entrevistadas apontam para a assistência (40%) significando prestar “cuidados materiais com qualidade e amor às pessoas carentes”. 20% das respostas indicam abrigo, recolhimento, moradia proporcionando aos idosos “assistência e conforto”. A categoria melhoria da qualidade de vida aparece com 20% de respostas, assim como, desenvolver ações junto à comunidade, “despertando a cidadania, a responsabilidade e a promoção”.

A moderna concepção de Assistência Social, enquanto Política de Proteção, propõe criar e manter uma rede intersetorial de proteção para pessoas idosas, incluindo abrigo, renda digna, assim como oferecer vínculos relacionais e de pertencimento para garantir qualidade de vida e inclusão social.

Quanto aos Objetivos das ONGs, de atendimento ao Idoso, 28,6% das respostas elegeram a categoria caridade / ajuda no sentido de prestar assistência material isto é “dar um lar para as pessoas da terceira idade que são carentes”. Outros 28,6% indicam melhoria da qualidade de vida, 14,3% das respostas enfocam promoção de valores, ou seja “proporcionar o bem-estar e a promoção de valores para a população idosa. A categoria participação é salientada com 14,3% das respostas, tais como: “criar condições para a sua participação na sociedade”. Por último, 14,2% enfocam a mudança de postura, o que significa “levar a uma mudança de atitude, sair do desanimo, comodismo”.

Pode-se afirmar que esses mesmos objetivos enunciados pelas ONGs entrevistadas estão assegurados como direitos sociais do idoso pela LOAS e a Política Nacional do Idoso.

Constata-se ainda que, as Organizações Não Governamentais, mais recentemente conhecidas como organizações do setor público não governamental dedicam-se às causas e problemas sociais e em que, apesar de serem sociedades civis privadas, não têm como objetivo o lucro, e, sim, o atendimento às necessidades sociais e a proteção da população, no caso, a idosa.

Quanto ao Regime de Atendimento das ONGs entrevistadas os dados demonstram que 80% das entidades trabalham em regime de internato e 20% em regime semi-aberto.

A LOAS e a Política Nacional do Idoso enunciam uma nova concepção de atendimento integral prevendo a criação e manutenção de uma rede diversificada de proteção para pessoas idosas, sub divididas em modalidade asilar e não asilar. Quanto à segunda tem-se:- centros de cuidados diurnos, atendimento domiciliar, centros de convivência, dentre outros, em articulação com as demais políticas públicas.

O parágrafo único do artigo 3º da Política Nacional do Idoso determina: “a assistência na modalidade asilar ocorre no caso da

inexistência do grupo familiar, abandono, carência de recursos financeiros próprios ou da própria família” (P. N. I, 1994).

Quanto à capacidade de atendimento, constata-se que as ONGs trabalham no seu limite de capacidade respeitando os critérios do espaço físico e os recursos disponíveis. Os dados revelam que em igual proporção de 20% de respostas a capacidade de atendimento varia de 160 até 24 vagas, sendo que 20% das respostas acrescentam que possuem um percentual de vagas para pessoas com maior poder aquisitivo.

Quanto à demanda não atendida os dados afirmam que 40% das entidades não conseguem atender as reais demandas. Isto tem a ver com o âmbito de ação que se estende ao município e região (60%) e os outros 40% atendem a população da cidade. Esses resultados revelam que a cidade de Campinas tem sido ponto de referência para as demais regiões no que se refere ao atendimento e proteção social a essa população..

Cabe aqui ressaltar a criação do Conselho Municipal do Idoso de Campinas ocorrido em dezembro de 1998 e, constituído por 20 membros divididos, paritariamente, entre, o poder público e a sociedade civil. No ano de 2000 foi realizada a 2ª Conferência Municipal do Idoso com a participação das entidades, representantes dos grupos movimentos da terceira idade, profissionais e instituições ligadas ao trabalho social com idoso. Foram elaboradas diretrizes para a criação da Política Municipal do Idoso de Campinas, hoje, aprovada e promulgada como a mais recente Política Municipal de Campinas.

Em relação às Fontes de Recursos das ONGs de Atenção ao Idoso pesquisadas fica claro que a totalidade possui diversas fontes de recursos, a saber: municipal, estadual, fundações, convênios, associações, doações. Esses resultados revelam o estabelecimento de parcerias para responder, minimamente, aos grandes desafios que as entidades defrontam no seu cotidiano.

São inúmeros os problemas e dificuldades que ameaçam sua sobrevivência, principalmente, a escassez de recursos, comprometendo a condução dos projetos e questionando sua própria razão de ser.

“A questão social da velhice está carente de recursos e programas. Muitos programas e serviços já existentes, carecem de capacitação técnica e de novas lideranças que renovam as ações dentro dos princípios da modernidade e respostas rápidas que a questão requer” Salgado, 1999.

É importante salientar que o “Conselho Nacional do Idoso foi criado em decorrência de pressão, de organização e da vontade de mudar, porém há da parte do Estado omissão no tocante à distribuição dos recursos destinados a atender as reivindicações do segmento populacional idoso, tanto no que se refere à totalidade destes recursos quanto à forma fragmentada de sua aplicação” (Marques, 2000).

Defrontando com essas e outras dificuldades as entidades buscam criar outras fontes de receita que possam contribuir para a continuidade dos projetos e/ou atividades, como por exemplo; 62,5% das entrevistadas responderam que promovem bazares, festas, almoços, bingos; 25% realizam trabalhos com lixo reciclável e 12,5% vendem móveis usados.

Hoje, com o projeto neoliberal incentivando o enxugamento do Estado, a privatização das estatais, o aumento da carga tributária, o custo – Brasil, passa a exigir dos Dirigentes, Administrativos e Profissionais das Entidades ousadia, criatividade e inovação na gestão social dos empreendimentos, especialmente, voltados para as causas sociais onde o espírito de cooperação e responsabilidade social se sobressaem ao individualismo e competitividade.

Nesse sentido as ONGs apontaram para o desenvolvimento de uma variedade de projetos e/ou atividades.

A preferência foi por passeios a locais diversos (13,6%). Em seguida aparece a comemoração dos aniversariantes (9%), dança (9%) e caminhada (9%), demonstrando ênfase nas atividades físicas e de lazer. Em igual proporção de 4,5% surgem diversos projetos: projeto preventivo, qualidade de vida, atendimento psico social, dieta alimentar. Outras atividades citadas são: cinema, oficina de artesanato, boas compras, dinâmica de grupo, boas maneiras, biblioteca viva.

“Quem inicia alguma atividade física, aliada à boa alimentação, com certeza viverá com plenitude e autonomia”. O geriatra Ramos,

afirma ainda que “a medicina tem de cuidar da saúde e não só da doença, mudando hábitos de maneira preventiva” (Ramos, 2000).

Entretanto, apesar das atividades culturais e educacionais terem sido especificadas num percentual reduzido, hoje, a nova concepção da Assistência Social e a Política Nacional do Idoso asseguram mecanismos que resgatam a condição do idoso como sujeito de cultura possibilitando a sua participação e usufruto aos bens culturais como: cinema, teatro, viagens, Universidade aberta a 3ª idade.

A concepção de velhice nos seus múltiplos aspectos biopsicossociais, econômico e cultural direcionam para o desenvolvimento de programas e serviços orientados pelos princípios da totalidade e intersetorialidade.

A política de inserção social do idoso na vida da sociedade e perspectivas de bem viver, levam à exigência da criação e manutenção de outros fatores, como, por exemplo, a qualificação do recurso humano nas ONGs de Atenção ao Idoso.

Assim, os dados obtidos quanto ao pessoal/equipe responsável pelos projetos e atividades desenvolvidas por essas ONGs se concentram nos profissionais da saúde e da área social, tanto remunerado como voluntário, a saber: - assistente social; equipe de assistente social e psicóloga e os profissionais especializados em terapia ocupacional, enfermagem, medicina, fisioterapia, nutricionista.. Aparece, também, equipe constituída por assistente social, promotora de eventos e recreacionistas. Este quadro demonstra o investimento das entidades no trabalho de profissionais na áreas da saúde e lazer.

As expectativas das ONGs de atenção ao idoso quanto à capacitação de seu pessoal estão direcionadas para a melhoria das relações no ambiente de trabalho (42,8%), como por exemplo: “reciclagem para melhorar a comunicação”, ou “investir nas relações interpessoais”, ou “melhoria no ambiente de trabalho investindo nas relações interpessoais”, 28,5% das respostas enfocam a qualidade de serviço/atendimento, tal como explicitam: “buscar qualidade” .

Outros 14,3% das entrevistadas revelam que gostariam de investir na elaboração de programas porém “faltam verbas”, assim como 14,3% expressam que prefeririam “contratar novos técnicos, mas falta

verba”. Estes dados demonstram os limites encontrados na elaboração de projetos multidisciplinares, assim, como, revelam o interesse das entidades na realização de ações voltadas para a melhoria das relações interpessoais, qualidade de atendimento ou na contratação de pessoal.

O artigo 15 da Política Nacional do Idoso, afirma: “compete aos Ministérios envolvidos na Política Nacional do Idoso, dentro das competências, promover a capacitação de recursos humanos voltados ao atendimento do idoso. Para viabilizar a capacitação de recursos, os Ministérios poderão firmar convênios com instituições governamentais e não governamentais nacionais, estrangeiras e internacionais” (Lei 8.842, 1994).

Esta diretriz aponta para a organização e promoção de programas/projetos de capacitação continuada do pessoal que atua nas ONGs de Atenção ao Idoso vindo de encontro às necessidades apresentadas pelas referidas entidades.

Quanto à concepção sobre Direitos Sociais os dados da pesquisa de levantamento revelam o entendimento através das seguintes frases: “o direito do idoso ser amparado pelo Estado” (20%); “o dever do Estado e da Sociedade promover incentivos ao idoso” no que se refere às condições de vida, especificamente, nas áreas do lazer, recreação e saúde (20%). Outros 20% de respostas enfocam a criação e manutenção de recursos básicos de atendimento às necessidades do idoso. 20% das entrevistadas deixaram de responder a questão.

O artigo 4º, parágrafos II, III e IV da Lei Orgânica da Assistência Social enunciam: “universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário de ação assistencial abraçável pelas demais políticas públicas”....; ...” respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade”.... “...igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais”....

Referente à questão sobre as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência mais da metade das entrevistadas, ou seja, 60% confirmam que seguem as diretrizes da LOAS. Isto demonstra que conhecem a Lei.

Outros 20% revelaram que não seguem as diretrizes sem explicitar os motivos e os restantes 20% deixaram de responder a questão.

Entretanto, quando se indaga sobre as dificuldades para operacionalizar a LOAS os resultados foram os seguintes: em igual proporção de 16,7% das respostas revelam a “falta de apoio por parte dos órgãos públicos”, “problemas de verbas” e ou “sem dificuldades”. 33,2% deixaram de responder a questão. Esses dados sinalizam sobre a importância de se promoverem discussões, encontros, assessorias sobre as diretrizes e a operacionalização da LOAS junto ao pessoal envolvido no trabalho com a população idosa.

Com o objetivo de atender as necessidades dos usuários de forma competente e responsável as Entidades desenvolvem uma rede de articulações em Organizações Governamentais, Conselhos, outras organizações não governamentais e serviços, tais como: Conselho Municipal e Estadual da Assistência Social, Conselho Municipal e Estadual do Idoso (26,8%): Prefeitura Municipal de Campinas através da Secretaria da Assistência e Família e Secretaria da Saúde (26,8%): FEAC (13,4%) e demais entidades sociais.

Os serviços e recursos mais citados encontram-se na área da Saúde, como: Hospital Municipal Mário Gatti, Postos de Saúde, Ambulâncias.

Hoje, face às exigências de um mundo globalizado e interconectado, constrói-se, permanentemente alianças estratégicas e parcerias para a sobrevivência das próprias organizações.

A questão da saúde integral do idoso torna-se uma das prioridades no atendimento da população idosa abrigada pelas ONGs entrevistadas. Essa realidade está associada às suas reais condições de vida :- história de vida, fatores sócio-culturais, educacionais e econômicos, carência alimentar, psicológica, emocional, conforme dados apresentados na caracterização dessa mesma população.

O artigo 10, capítulo IV da Política Nacional do Idoso afirma o seguinte:

“a) garantir ao idoso a assistência à saúde nos diversos níveis de atendimento ao idoso;

b) prevenir, promover, proteger e recuperar a saúde do idoso, mediante normas de funcionamento às instituições geriátricas e similares, com finalização pelos gestores do Sistema Único de Saúde.

c) elaborar normas de serviços geriátricos hospitalares” (Política Nacional do Idoso, 1994).

No que se refere ao trabalho voluntário nas ONGs de Atenção ao Idoso, 100% das entidades afirmam possuir trabalho voluntário no seu quadro de pessoal reafirmando a base de sustentabilidade da sua existência.

50% das entidades referem-se ao trabalho voluntário como “complementar, colaborador e com qualidade” e 37,5% consideram o trabalho voluntário “importante, fundamental”.

O trabalho voluntário no Brasil foi definido pela Lei 9.608 de 18/02/1998, “como atividade não remunerada prestada por pessoas físicas a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade”.

Constata-se que mais da metade, ou seja, 60% das entidades entrevistadas desconhecem a referida Lei. Este resultado comprova as dificuldades elencadas pelas ONGs quanto a definição de critérios para acompanhamento e avaliação do trabalho voluntário conforme demonstram as seguintes respostas: 42,8% das respostas expressam a “falta de compromisso e responsabilidade”. Com igual percentual de 14,2% enfocam a “falta de tempo por parte do voluntário”; a frequência, horário, outros projetos ou atividades, ou não têm dificuldades com o trabalho voluntário”.

De outro lado os resultados revelam a riqueza e diversidade de projetos e/ou atividades desenvolvidos pelos voluntários no anseio por preservar os interesses expressos pela população idosa, como: trabalhos especializados, especificamente, na área da saúde: enfermagem, clínica geral e psiquiátrica, geriatria, fisioterapia, psicologia, serviço social. Aparecem os trabalhos nas áreas do lazer, recreação e esporte. O setor administrativo é apontado com 12,9% e com 9,6% de respostas encontram-se as atividades na área de trabalhos manuais. A área da educação foi citada com 6,4% do total de respostas.

Diante desses resultados e, apesar dos desafios enfrentados no cotidiano institucional pode-se afirmar sobre a importância do trabalho voluntário nas ONGs de atenção ao Idoso na medida que os princípios da solidariedade, compromisso, responsabilidade e cidadania estão sendo exercitados em prol da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Hoje, o reconhecimento e a valorização do trabalho voluntário junto às entidades e à comunidade é considerado imprescindível, tanto que o ano 2.001 foi escolhido para se comemorar o Ano Internacional do Voluntário através da realização de seminários, encontros, fóruns, debates, comemorações.

Preocupados com a qualificação de seu pessoal remunerado e/ou voluntário, as entidades sugerem várias modalidades de capacitação, como:- cursos: administração empresarial, dinâmica de grupo, assistência social, recreação, formação de monitores, de voluntários; cursos para área técnica (enfermagem, nutricionista, fisioterapia, outros); Convênio:- com Faculdade; SEBRAE; seminários, debates, encontros, fóruns.

Estas propostas de formação continuada visam prioritariamente a qualificação do pessoal para o enfrentamento dos desafios que se apresentam no cotidiano institucional, especificamente, os que se relacionam ao perfil da população idosa em regime de internato.

Nesse sentido, os principais limites detectados pelos entrevistados no trabalho institucional estão relacionados com a postura do Idoso: 42,8% das respostas citam os problemas gerados pela depressão, desesperança do Idoso; 28,5% salientam a desmotivação, a apatia expressa nas ações do dia-a-dia do Idoso e, em igual proporção de 14,2% estão os problemas provocados pela falta de entrosamento com a família; 14,2% deixaram de responder a questão.

A constante valorização do conceito "juventude" pela sociedade capitalista, o desrespeito, o preconceito contribuem para que o Idoso permaneça na condição negativista quanto à sua perspectiva de vida presente e futura.

Fraiman cita que "chegar à velhice com saúde é privilégio de poucos, devido à somatória de situações desgastantes ao longo da vida". (Fraiman: 1991; 31).

Tem-se a acrescentar que, segundo dados do levantamento, o relacionamento do idoso abrigado com sua família é classificado como abandono, rejeição com um total de 27,2% de respostas; 18,1% apontam como distanciamento da família, 18,1% das respostas afirmam que os idosos não tem família, 9% apontam que o relacionamento ocorre de forma complicada, desvalorizada. Em igual proporção de 9% encontram-se as respostas de que a relação com a família continua e até expressam como sendo “uma relação ótima entre eles”.

Os dados referentes à situação de abandono, rejeição ou distanciamento do Idoso pela família explicam a sua conduta de tristeza, apatia, desesperança detectados no dia-a-dia na relação com a entidade.

Associado a esse contexto constata-se a percepção e enfrentamento do idoso no que se refere à discriminação pela sociedade. Assim 40% das respostas confirmam a postura acomodada, conformada, 20% das respostas revelam que a situação é assumida com muita dificuldade e, outros 20% demonstram tristeza frente à ações discriminatórias da sociedade pelo idoso em regime de internato.

Acrescenta-se ainda que, mais da metade da população idosa atendida pelas ONGs entrevistadas, ou seja, 66,6% não possui clareza quanto aos seus Direitos garantidos pela LOAS e POLÍTICA Nacional do Idoso; 16,6% das respostas indicam que os idosos tem muita clareza de seus direitos sem, porém, explicitar detalhes sobre a questão e os demais 16,6% expressam que há muita falta de informação por parte do usuário idoso.

Esses resultados revelam a importância de se elaborar projetos/programas voltados para o conhecimento e a divulgação dos direitos gerais e específicos do Idoso, assim como, promover ações intersetoriais para a sua inserção social e a melhoria de sua qualidade de vida.

Outro tema abordado na pesquisa está relacionado às mudanças ocorridas, percebidas na vida do idoso a partir do seu ingresso na entidade: 33,3% das respostas revelam melhoria da auto-estima; 11,1% expressam “buscar novas propostas, objetivos, programas”. 22,2% não aceitam, pioram e, em igual proporção de 11,1% das respostas encontram-se expressas atitudes de depressão, tristeza e abandono.

Indagando sobre a participação do idoso nas atividades da Instituição, constata-se atitudes favoráveis, como: 60% das respostas afirmam que os idosos são ativos, ajudam; 20% respondem que a participação é considerada ótima e 20% expressam que “em virtude da falta de projetos não se é possível avaliar tal medida”.

Por último, procurou-se investigar sobre o relacionamento dos idosos entre si, cujos resultados são os seguintes: 42,8% consideram-no bom; 42,8% das respostas apontam para um relacionamento amigável, companheiro e 14,2% revelam relacionamento conflitante, competitivo.

No ano de 2001, os resultados obtidos no levantamento de dados junto às ONGs de atenção ao Idoso tem sido divulgados e discutidos junto aos membros do Conselho Municipal do Idoso, representantes de entidades sociais; ONGs de atenção ao Idoso, profissionais de serviço social e de outras áreas gerando momentos de discussão e propostas de ação sobre questões identificadas e sugeridas pela pesquisa. Contribuiu ainda com dados para elaboração do Plano Plurianual da Assistência Social de Campinas – ano 2002 a 2005 – segmento Idoso. Esses mesmos dados foram socializados e discutidos junto aos alunos da Universidade da 3ª Idade da PUC-Campinas, oferecendo-lhes subsídios para propor e desenvolverem trabalhos voluntários junto às essas mesmas organizações não governamentais no município de Campinas.

Esses mesmos resultados foram devolvidos aos sujeitos envolvidos na pesquisa e com eles discutidos várias formas de superação dos desafios apontados no trabalho institucional com idosos através de ações conjuntas Faculdade de Serviço Social e atores sociais.

Diante do exposto podemos afirmar que a Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas, através da elaboração e operacionalização do Projeto de Extensão “Capacitação Continuada – gestão de ONGs de atenção ao Idoso busca estabelecer a interação Universidade – Comunidade – Organização da Sociedade civil, assim como, gera prestação de serviços e produção de conhecimentos a partir da realidade social e das ações profissionais junto as organizações não governamentais, consideradas estas espaços de prática de estágio do Curso de Serviço Social. Contribui, sobremaneira para a formação

profissional do assistente social na medida que articula ensino/pesquisa/extensão aprofundando as questões sociais relacionadas ao processo do envelhecimento, assim como desafios que se apresentam às ONGs na gestão dos direitos sociais e estabelecimento da cidadania do idoso.

BIBLIOGRAFIA

- Diretrizes para elaboração da Política Municipal do Idoso – 2ª Conferência Municipal do Idoso, Campinas, 1998.
- FRAIMANN, Ana P. **Coisas da Idade**, Hermas Editora e Informação, 2ª Edição, SP., 1991.
- LOAS – **Lei Orgânica da Assistência Social** nº 8.742, dezembro, 1993.
- MARQUES, M. Therezinha. **O trabalho social no cenário do terceiro Setor**, Campinas, 1998.
- NETO, Valdemar de Oliveira. **As ONGs e o Fundo Público**, In. Revista Serviço Social e Sociedade nº 37, Editora Cortez, SP., 1981.
- Política Nacional do Idoso** – Lei editada pela Secretaria dos Direitos Humanos, Brasília, 1998. Nº 8.842/1994.
- Trabalho Voluntário** – Lei nº 9. 608 de 18 de fevereiro de 1998, da Presidência da República.
- SALGADO, Marcelo. Anais do I Seminário Internacional “**Envelhecimento populacional: uma agenda para o final do século**”, 1999.
- TENÓRIO, Fernando G. (org.) **Gestão de ONGs, principais funções gerenciais**, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DE ATENDIMENTO AO MORADOR DE RUA

Maria Therezinha Corrêa Marques

O cenário atual expressa a vivência do novo ano 2.000. Retrata as condições de trabalho, a necessidade de redimensioná-las

e de compreender as rápidas transformações ocorridas na economia, na política e no social.

No tocante à economia as relações entre o Estado e a sociedade se alteram em consequência das políticas de concentração de renda e do poder, como desdobramentos sérios à questão social. Em nome do desenvolvimento sustentável, do pagamento das dívidas externas e internas vive-se uma situação de crise. Situação reconhecida pelo próprio Banco Inter Americano para o Desenvolvimento, em seu relatório de setembro de 1999, referindo-se as dívidas sociais brasileiras e o crescimento da pobreza.

A realidade da Assistência Social brasileira deve ser avaliada no contexto internacional, retratado pela globalização. Não pode ser encarada com atributos de autonomia para definir e construir o seu próprio caminho, mas como dependente e, cada vez mais, fragilizada pelos princípios econômicos, ideológicos e políticos que norteiam a questão social mundial. A execução da co responsabilidade do Estado, tem sido cada vez mais insuficiente, desencadeando a pobreza conjuntural e estrutural, tornando a maioria da população, involuntariamente vulnerável, excluída da sociedade humana sem padrões mínimos de qualidade de vida. A Assistência Social frente a esse quadro reduz suas funções a aspectos compensatórios, em substituição à função redistributiva.

O Papa, quando entre nós, referindo-se aos problemas sociais brasileiros, afirmou: “não se constrói a família na miséria. A miséria corrompe os costumes e chama à atenção para a concentração dos meios econômicos para as desigualdades sociais e o estabelecimento da violência urbana, familiar e individual”.

“As situações de emprego, de sub emprego, moradia, saúde, reforma agrária, educação representam a grande distância que estamos da democracia e a dimensão da exclusão social” (Marques, M.T.C., 1997)

A globalização especulativa funciona como braço executivo do neoliberalismo, amplia a distância entre o desenvolvimento econômico e o humano/social.

Viviane Forrester, escritora francesa, no seu livro, *Horror Econômico*, coloca o dedo na ferida do neo liberalismo e defende a busca de alternativas num mundo em que o emprego já não existe. “O fenômeno do desemprego não é mais o que esta palavra significa, não se trata mais de uma exceção, é a regra. O conjunto dos homens não é mais necessário para o pequeno grupo que administra a economia e defende o poder. É toda uma população a mercê de outros, pronta a aceitar qualquer condição, seja para encontrar emprego, seja para não perder o que tem. A vergonha de estar desempregado e o medo de perder o emprego deveriam ser cotados na Bolsa, são elementos importantes do lucro”.

A situação de crise ocorrida, em especial, no mundo do trabalho conduz ao acúmulo da população excluída. Hoje constituída de 32 milhões de brasileiros, lutando por um trabalho que lhe permita sobreviver.

Dentre os excluídos, encontra-se o morador de rua, a quem se nega proteção social e a própria identidade, situação agravada pelo preconceito da sociedade, que o descarta como ameaça a sua tranquilidade, à sua segurança, a despeito dos princípios da ética e da solidariedade. Yasbek chama a atenção para a existência de uma “cultura política que nega a identidade social dos subalternos e seu pertencimento a uma classe”.; tal atitude significa “uma forma de ocultar o conflito, a resistência e legitimar a dominação”.

Os fundamentos introdutórios sinalizam o reconhecimento do morador de rua enquanto cidadão incluso na política pública de Assistência Social.

Considera-se como marco significativo, nesta última década, a Constituição Federal de 1988, ao apresentar dispositivos de caráter inovador tanto na legislação, quanto na prática sobre a incorporação da participação cidadã na gestão pública.

Juntamente a essa conquista procedem as reflexões, notadamente aos limites para se avançar na garantia dos direitos humanos e sociais, individuais e coletivos, definidos pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e consubstanciados na Política Pública de Assistência Social.

Os limites vivenciados referem-se a potencialização das ações voltadas à população excluída. São, como já referido, 32 milhões de brasileiros que lutam para sobreviver numa situação de fome, de indignidade humana, espelhando um quadro de pobreza estrutural. No Estado de São Paulo 450 mil pessoas estão morando na rua. Em Campinas, aproximadamente 500, entre adultos, crianças e adolescentes. São atendidos pelas Entidades de Assistência Social: Serviço Social de Atendimento Municipal ao Migrante, Itinerante e Mendicante; Casa dos Amigos de São Francisco; Casa de Apoio Santa Clara, Caritas Arquidiocesana, Toca de Assis.

A situação dessa população extremamente vulnerável e de trato indigno à condição humana, provocou a organização e realização, em Campinas, do 1º Seminário sobre Moradores de Rua, em 28.08.99. A programação constou de sete depoimentos de Moradores de Rua; de debates; avaliação em grupo; encaminhamento das propostas e elaboração de relatório conclusivo do Evento. Posteriormente remetido às Entidades de Assistência Social, como forma de registro, documentação e alternativa à formulação de política social voltada ao segmento.

A realização do 1º Seminário e as propostas apresentadas evidenciaram a elaboração do projeto de pesquisa junto às organizações sociais de atenção ao Morador de Rua - OGs, ONGs, objetivando subsidiar ações com e para o morador de rua, na perspectiva de sua inclusão. Ao definir-se como projeto de pesquisa/extensão, assenta-se no relacionamento da Assistência Social no campo da interdisciplinaridade, num processo interativo com os recursos institucionais e materiais da comunidade. O investimento na capacitação, treinamento e aperfeiçoamento do pessoal envolvido, gestores, técnicos, conselheiros e o terceiro setor, constituíram o eixo central, uma vez que a profundidade do conhecimento da realidade, através da pesquisa, é determinante para definição das ações.

A criação do Fórum do Morador de Rua e a elaboração e execução do Planejamento Estratégico através da programação: mesa redonda com apresentação dos trabalhos realizados por OGs e ONGs e Órgãos Públicos, com a população de rua; depoimentos de catadores de papelão e de moradores de rua; almoço de confraternização,

atividades culturais; oficinas de capacitação aos profissionais dos setores técnicos e administrativo que trabalham com o segmento; marcha do morador de rua; encontro festivo no saguão do Paço Municipal e encenação de momentos do cotidiano da população de rua.

As realizações sinalizadas revelam o alcance dos objetivos direcionados para:

- Sensibilizar a sociedade civil e o poder público no processo a universalização dos direitos sociais e da cidadania;

- Subsidiar as entidades de assistência social na formulação de políticas sociais voltadas ao atendimento do morador de rua;

- Refletir e aprofundar o processo de resgate da identidade e da proteção social do morador de rua;

- Capacitar dirigente funcionário, técnico remunerados e voluntários das OGs e ONGs de atendimento ao morador de rua, para:

Constata-se pela leitura e avaliação da pesquisa de Levantamento de dados junto as OGs e ONGs a situação do não cidadão, uma vez que os direitos humanos/sociais lhes são negados pela estrutura da sociedade. Na verdade as implantações do mito desenvolvimento econômico globalizado, sem atentar para a questão social, já retratada na introdução, fizeram ruir a construção e vivência da cidadania no país, o que se constata é a sua desconstrução. Não há uma política social voltada ao morador de rua o que demanda a continuidade do trabalho comprometido da sociedade civil com a participação efetiva do Estado.

As considerações e as propostas colocadas a seguir, indicam os desafios na projeção de ações, sem a preocupação com a ordem de grandeza, destacam-se:

- um fator relevante é a discriminação, a pré concepção da sociedade em geral, produzindo uma cultura de rejeição ao morador de rua, um exemplo são os abaixo assinados dirigidos do CMAS, de moradores, solicitando o fechamento de ONGs, de atenção ao morador de rua, quando situados nas imediações de suas moradias.

- A visão de bem-estar, de caridade, no tratamento à situação do morador de rua em substituição a ações que interfiram numa política

de construção da cidadania; a precarização dos recursos humanos/sociais/materiais indicam a ausência de uma política compatível com a dignidade humana. As verbas são poucas, insuficientes para a sua própria manutenção dos recursos/serviços, contratação de profissionais, destacando-se o trabalho voluntário.

- O desemprego, complexa e perversa luta atual do trabalhador é a grande causa que o leva à rua e a grande dificuldade, deparada pelas ONGs.

- A falta de atendimento por profissionais qualificados, impede a realização de programas de prevenção e recuperação.

- A perda do espaço familiar, das práticas de solidariedade, do sentimento de auto estima, indicam a perda gradativa da cidadania, a precariedade das relações formais e informais.

- A política de desospitalização, o doente mental, sem a estrutura necessária à manutenção de acompanhamento e, em muitos casos, a rejeição da família em recebê-lo constituiu aumento da população de rua.

A leitura elaborada dos dados investigados, num processo dialético, remete naturalmente e, necessariamente às propostas que demandam a realização de ações integradas, articuladas através de um trabalho em rede:

- Montagem de Cooperativa de Trabalho: marcenaria, reciclagem de material descartável, com investimento de capital privado e ou público.

- Articulação com as Universidades através de seus projetos de extensão, em especial as Universidades Comunitárias no seu grande mérito em contribuir na formação da consciência crítica da sociedade.

- Continuidade do Programa de Extensão da Faculdade de Serviço Social desenvolvido no ano 2000, enquanto Instituição de Ensino é referência na luta pela universalização dos direitos sociais e políticos da população e ampliação dos mecanismos de inclusão social.

- Investimento, pela Faculdade de Serviço Social, no processo de capacitação continuada de conselheiros, gestores e técnicos da Assistência Social.

- Promoção, conjunta com Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS e Conselhos Municipais no combate ao preconceito e à discriminação ao trato do morador de rua, enquanto pessoa e cidadão de direitos.

- Defesa e garantia do tratamento humanizado aos serviços terceirizados pelas ONGs e OGs.

- Continuidade do trabalho integrado com o CMAS, presença às reuniões de comissões de trabalho.

- Manutenção do Fórum do Morador de Rua como espaço permanente de trabalho, de avaliação, discussão e propostas referentes às políticas sociais.

- Integração e melhoria dos programas de atendimento ao morador de rua, visando a execução dos trabalhos das OGs e ONGs através de rede de proteção social.

- Investimento no trabalho voluntário com enfoque à capacitação voltado aos princípios e diretrizes das LOAS no combate à visão acrítica e restritiva em relação a pobreza. Mudança no atendimento, quase sempre, pautado como caritativo, benévolo, obsequioso em substituição aos direitos sociais do cidadão. Não se trata somente do aspecto técnico do direito, mas, especialmente, do respeito às relações humanas e de se penetrar nas causas estruturais e conjunturais da pobreza.

O procedimento metodológico, do projeto de pesquisa/extensão, desenvolveu-se tendo como objetivo da ação a realidade cotidiana das OGs e ONGs, nas gestão dos direitos sociais do morador de rua e como sujeitos envolvidos os conselheiros do CMAS, os dirigentes, profissionais técnicos/administrativos e moradores de rua.

No decorrer do processo ocorreram momentos aproximados e sucessivos de reflexão e ação tendo em vista a capacitação continuada dos sujeitos. Oficinas de trabalho, realizadas pela Faculdade de Serviço Social e pelo Fórum do Morador de Rua, desencadearam a participação efetiva dos sujeitos no estudo, na compreensão e efetivação das mudanças nas relações de trabalho com o morador de rua. Os instrumentos utilizados foram questionário com questões abertas e fechadas para levantamento de dados junto às OGs e ONGs, apresentação

dos dados coletados, implantação do Fórum do Morador de Rua; reuniões; realização da 1ª Semana do Morador de Rua; oficinas de capacitação; contatos; entrevistas; relato das ações; atividades desenvolvidas no decorrer dos trabalhos de atenção ao morador de rua.

Expressa o levantamento de dados que a situação do morador de rua, vincula-se à estrutura da sociedade na produção das desigualdades sociais.

“A história econômica, social, política, ideológica e cultural do período colonial à república e aos dias atuais, revela a marca de uma desigualdade social acumulada, cuja Questão Social e seus desdobramentos constituem, hoje, a vivência de uma pobreza estrutural. Os princípios da política néo liberal retratados nas ações do Estado, o desobriga do compromisso e, perversamente acontece o recuo frente às dívidas sociais brasileiras. Em nome do desenvolvimento sustentável, voltado exclusivamente para a economia, constata-se o prejuízo da sustentabilidade social no preparo das gerações para o mundo do trabalho, da ética, da cultura e da política, enquanto atributos do real exercício da cidadania.

Os resultados, contraditoriamente, provocaram e provocam um pensar coletivo sobre as relações sociais, evidenciando, nas suas diferenças, as marcas deixadas pelas desigualdades sociais, e, por isso mesmo, instigadoras de um trabalho pautado na indignação, no ânimo e compromisso. Qualidades próprias de uma sociedade ativa, capaz de sustentar um projeto de esperança e desencadear um processo reativador.

O aprofundamento das reflexões e das ações voltadas à conquista dos Direitos Sociais, no que se refere ao seu exercício e à sua violação, vem acontecendo nas OGs e ONGs de atenção ao morador de rua, nos Conselhos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Conselho do Idoso, nas Universidades, nos movimentos e Fóruns Populares (MARQUES, M.T.C.; 1999/2000).

O direito à participação constitui uma prática que acontece, cresce e é garantido por lei. Betinho, na sua luta pela democracia, afirma:

“Governo e oposição têm, hoje, uma Constituição que define os limites do poder e os rumos da política. As condições

institucionais básicas estão dadas para que a luta pela democracia sobreviva à crise econômica e social, resta seguir os seus caminhos através da participação, da garantia das liberdades, da aceitação da diversidade e, fundamentalmente, a superação das desigualdades”.

Uma distância nos separa da democracia plena. Considerada um valor em si mesma, deve estar presente na elaboração das políticas sociais.

Constata-se que o caminho está aberto pela participação ativa da sociedade civil, numa demonstração de que a fome e a miséria não são desgraças naturais com as quais a humanidade deve conviver, porém são dívidas sociais conseqüentes de uma lógica econômica que não incorpora o humano.

BIBLIOGRAFIA

Constituição Federal de 1988

Estatuto da Criança e do Adolescente. ECA – Lei nº 8069 de 13.07.90

Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – Lei nº 8.742 de 07.12.93

ALAYÓN, Norberto. **“Assistência e Assistencialismo, controle dos Pobres ou Erradicação da Pobreza”?**, S.P., Cortez, 1992.

ARENDET, Hannah. **A Dignidade da Política**, R.J., 1993.

DAMATA, R. **A Casa e Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**, Ed. ROCCO, 1997.

FORRESTER, Viviane, **“Horror Econômico”**, Editora Ibase, R.J., 1991.

MARQUES, Maria Terezinha C. **“Dívidas Internas e Externas, Dívidas Sociais”** Cadernos de Serviço Social. Faculdade de Serviço Social, 1999/2000.

REVISTA: SER SOCIAL Nº 05, **“Trabalho e Cidadania”**. Universidade Federal de Brasília”, DF, julho a dezembro de 99.

SOUZA, Herbet – Escritos Indignados. **“Democracia versus Neo Liberalismo no Brasil”**, Ibase, RJ, 1991.

YASBEK, M.C. **Classes Subalternas e Serviço Social**, S.P., Cortez, 1993.